

Indicadores da qualidade social da educação: contribuições para o contexto dos Institutos Federais

Julian Silveira Diogo de Ávila Fontoura¹ 

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil

Resumo

Esta investigação tem como objetivo desenvolver indicadores da qualidade social da educação no cenário dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Neste exercício teórico nos apoiamos na pesquisa documental, bibliográfica e na consulta de dados estatísticos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. A construção destes indicadores levou em consideração a relação estabelecida entre a instituição e a sociedade, a sua natureza enquanto política pública educacional e suas dimensões estruturantes e balizadoras das suas práticas atreladas à organização do trabalho pedagógico. A proposição colocada nesta investigação se mostra como uma possibilidade de entendimento da realidade institucional a partir de um olhar dos seus processos para além das métricas e índices standardizados tradicionais, considerando ainda a qualidade social da educação como um elemento integrante da própria política educativa dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Palavras-chave

Política Pública. Indicadores de Qualidade. Âmbitos da Avaliação. Qualidade Social da Educação.

Indicators of the social quality of education: contributions to the context of the Federal Institutes

Abstract

This investigation aims to develop indicators of the social quality of education in the setting of the Federal Institutes of Education, Science and Technology. In this theoretical exercise, we rely on documental and bibliographic research and the consultation of statistical data from the Federal Network for Professional and Technological Education. The construction of these indicators took into account the relationship established between the institution and society, its nature as part of educational public policy and its structuring and guiding dimensions of its practices linked to the organization of pedagogical work. The proposition presented in this investigation is shown as a possibility of understanding the institutional reality from a look at its processes beyond the traditional standardized metrics and indexes, considering the social quality of education as an integral element of the educational policy of the Federal Institutes of Education, Science and Technology.

Keywords

Public policy. Quality Indicators. Scope of Assessment. Social Quality of Education.



1 Introdução

O campo de estudos da educação vem passando por profundas e constantes transformações ao longo do tempo, essas modificações se consubstanciam a partir de diferentes contextos e alterações na tessitura social, como por exemplo, o avanço das tecnologias digitais de informação e comunicação, as novas formas de produção do conhecimento, a reorganização dos arranjos produtivos locais/regionais entre outros fatores (FEIJÓ; XAVIER; NETO, 2019). As instituições educativas da mesma forma acompanham esse movimento de transformação percebendo as tendências e adequando-se às novas demandas do mundo contemporâneo, alinhando seus anseios, desejos e as novas configurações sociais na qual estamos imbricados.

Dentre as diferentes possibilidades de arranjos institucionais emergentes neste cenário de mudanças, encontramos nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) “um modelo institucional absolutamente inovador em proposta político-pedagógica, tendo em suas bases um conceito de educação profissional e tecnológica sem similar em nenhum outro país” (PACHECO, 2019, p. 13). Essa nova institucionalidade surge em 2008 de forma estratégica para o desenvolvimento da nação, a partir da valorização e estímulo da Educação Profissional e Tecnológica como elemento de superação das desigualdades e fragilidades sociais presentes em nosso país.

A Lei Federal nº 11.892/08, efetiva a sua política de criação dos IFs, a partir da reorganização das instituições de ensino federais, ofertantes da então Educação Profissional e Tecnológica, pertencentes agora a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, gozando de prerrogativas como autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-científica e disciplinar. Os IFs são “instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi”, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, “[...] os Institutos Federais são equiparados às universidades federais” (BRASIL, 2008).

Neste complexo cenário educacional e institucional, as questões relativas à qualidade da educação ganham destaque nos debates sobre o trabalho pedagógico desenvolvido no interior desta nova institucionalidade para além da avaliação do

Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) como apontado por Dutra, Coelho e Dutra (2019) e Fernandes et al. (2019). A discussão centra-se em uma perspectiva de qualidade educacional muito pouco explorada pelas comunidades de pesquisa, um processo que se estabelece fora do modelo prescrito pelas avaliações parametrizadas e standardizadas com foco no ranqueamento das instituições de ensino.

No cenário da pandemia do SARS-CoV-2, a *qualidade social da educação* retoma seu lugar de destaque, ganhando novos adeptos a este paradigma educacional. A noção de qualidade, nas palavras de Silva (2009), deixa de ser apenas uma noção do campo econômico e passa a incorporar o *social*, efetivando-se um conceito do campo educativo. A qualidade social da educação se efetiva como um conjunto de elementos e dimensões socioeconômicas e culturais que circundam o modo de viver e as expectativas das famílias e de estudantes em relação à educação, englobando políticas governamentais, os projetos sociais e ambientais em seu sentido político voltado para o bem comum, a luta por financiamento adequado para a educação, pelo reconhecimento social e valorização dos trabalhadores em educação e a transformação de espaços em lugar de aprendizagens significativas e de vivências efetivamente democráticas (BELLONI, 2003; CHAVES, 2009; GUSMÃO, 2013).

Existe uma relação dialógica entre a qualidade social da educação e a gênese dos IFs, o documento *Concepções e Diretrizes dos Institutos Federais: Um novo Modelo em Educação Profissional e Tecnológica* (BRASIL, 2010) evidencia algumas dessas relações a partir dos conceitos de omnilateralidade, politecnicidade, trabalho enquanto princípio educativo, prática social como fonte de conhecimentos e a indissociabilidade entre as dimensões do processo educativo em Karl Marx (FONTOURA, 2018). E por esse viés que a problemática da nossa pesquisa se mostra relevante, pois pensar uma proposta educativa de superação das desigualdades sociais implica em considerar novas possibilidades de construção de estratégias ou mesmo processos formativos de avaliação.

Criar instrumentos que permitam a mensuração deste tipo de qualidade se mostra como um desafio de extrema importância, não apenas para os IFs, mas sim para todos os espaços educativos. A qualidade social da educação no momento

pandêmico no qual vivemos emerge dentro de um olhar mais humano, sensível e técnico da potência dos processos educativos, rompendo o paradigma operado pela mercantilização da educação. Esta investigação tem como objetivo desenvolver indicadores da qualidade social da educação no cenário dos IFs, para tanto este estudo apoia-se na pesquisa documental (CELLARD, 2008), bibliográfica (FONSECA, 2002) e a consulta de dados estatísticos (FERREIRA, 2003) da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, presentes na Plataforma Nilo Peçanha.

Os indicadores de qualidade social desenvolvidos neste manuscrito se apresentam como uma primeira possibilidade de leitura da realidade, tendo como fundamento a necessidade de evidenciar elementos presentes na organização institucional e didático-pedagógica dos IFs que desvelam seu *ethos* como um importante produto da política pública educacional no combate às vulnerabilidades e desigualdades em nosso país. Este esforço teórico ainda busca contemplar níveis e dimensões onde a política pública dos IFs se mostra efetiva no atendimento a sua missão de ofertar a EPT de forma inclusiva, pública, gratuita e de qualidade, na promoção da formação integral de cidadãos para enfrentar e superar desigualdades sociais, econômicas e culturais.

2 A Qualidade Social da Educação: Alguns Apontamentos Importantes

No cenário dos estudos sobre a qualidade da educação, a qualidade social emerge como um tema desafiador para as comunidades de pesquisa, especialmente neste momento particular do século XXI. Este tema entra em voga nas comunidades de pesquisa, em função dos movimentos articulados entre Estado e agentes reguladores (como os organismos internacionais/multilaterais) na promoção de uma educação que possibilite o atendimento das demandas locais e regionais do mundo do trabalho (DOURADO; OLIVEIRA; SANTOS, 2007), a necessidade de formação dos sujeitos advinda do avanço tecnológico (TIJIBOY, 2013), além da (re)significação do papel da educação na sociedade contemporânea (FERREIRA, 2003).

A polissemia presente no termo *qualidade* evidencia os desafios, os interesses e as prioridades da educação nos mais distintos contextos nos quais se aplica, considerando ainda que uso do termo é constantemente (re)significado

ganhando novas compreensões e sentidos. A percepção sobre o fenômeno da qualidade da educação passou por várias interpretações, associado às questões de permanência dos estudantes (CAMPOS, 2000); a como métrica de políticas públicas (PASSONE, 2013), desempenho de estudantes, professores, escolas e sistemas de ensino (BEISIEGEL, 2006), acesso à escola (AZANHA, 2004) e direito à educação (CHAVES, 2009); entre tantas outras formas de alcance.

A partir destas distintas compreensões sobre o conceito de qualidade da educação, emerge a necessidade de operar com o termo dentro de outros paradigmas que necessariamente não estejam ligados a métricas estatísticas, e que abarque em seu interior as demandas da sociedade (especialmente as reivindicações das classes menos favorecidas) no que se refere à formação dos sujeitos e a sua participação efetiva no exercício da cidadania. É nesse cenário que indicamos um novo entendimento/tipologia da qualidade: a *qualidade social da educação* (FONTOURA, 2021).

Para Dourado, Oliveira e Santos (2007, p. 15), a qualidade social da educação é um processo de “atualização histórico-cultural em termos de uma formação sólida, crítica, ética e solidária, articulada com políticas públicas de inclusão e de resgate social”, esse conjunto evoca naturalmente o fomento ao direito à cidadania, justaposto a “uma política de inclusão social, no sentido de possibilitar que todos os sujeitos tornem-se cidadãos ativos, tendo a possibilidade de participar dos mais diversos setores da dinâmica social” (FONTOURA, 2021, p. 473).

Compreender a qualidade social da educação como elemento importante na formação dos sujeitos significa da mesma forma conceber o processo educativo como agente da construção de uma sociedade justa e igualitária pelo viés da participação de todos. Esse entendimento pedagógico faz com que os sujeitos participem ativamente do seu meio social, desenvolvam sua autonomia, a sua criticidade e emancipem-se para o exercício do direito à educação.

O fomento a qualidade social da educação dinamiza a vida escolar/acadêmica dos sujeitos, a partir de um olhar franco, direto e sincero sobre o exercício efetivo da cidadania e da democracia em nosso país, que tem ainda como marca a desigualdade social e educacional, transpondo a perspectiva utilitarista da qualidade que apresentasse introjetada no meio educacional (FLACH, 2012). No

contexto das instituições educativas, a qualidade social dá conta do atendimento dos objetivos pedagógicos que estão colocados para além da visão utilitarista dos conteúdos, mas sim “no exercício de viabilização dos fins sociais da escola, buscando ainda romper com o modelo vertical de decisões políticas para o campo educacional” (FONTOURA, 2021, p. 473).

Pode-se compreender a qualidade social da educação como um fenômeno latino-americano, um fenômeno que se opõe “a uma visão tradicional-empresarial-globalizante do que é qualidade”, como afirma Fontoura (2021, p. 483), na busca por uma educação que atenda as demandas dos seus sujeitos sem referenciais empresariais de qualidade total, possibilitando ainda um olhar mais amplo e libertador através de uma educação inclusiva, que respeite as crenças, os valores e ainda tenha na participação sua forma de efetivação (FLACH, 2012; CHAVES, 2009; CAMPOS, 2000).

A qualidade social imbrica-se a educação com direito, conseqüentemente como elementos constituintes da qualidade social contempla as dimensões do *acesso à educação, permanência no sistema* ou em *atividades educativas e sucesso no resultado do aprendizado*, como destaca Belloni (2003, p. 232). Todavia, Flach (2012, p. 14) aponta o entendimento complementar da qualidade social da educação como sendo um “conjunto de condições e ações que possibilita sua concretização na prática da política educacional”.

Partindo deste pressuposto, esta tipologia de qualidade acaba por incorporar princípios políticos vinculados às propostas de governo democráticas e populares, desdobrando-se em políticas setoriais que contribuem para sua efetivação. Seguindo o destaque de Belloni (2003), é possível aglutinar a *educação como direito de cidadania, participação dos sujeitos na gestão, valorização dos trabalhadores em educação* e a utilização de *recursos adequados* para o alcance dos objetivos educacionais. Fica evidente neste conjunto que a qualidade social da educação em alguma medida fomenta uma dinâmica social depositária de direitos, onde o *direito à educação* preconizado pela legislação destaca-se como aquele que possibilita o alcance de outros direitos sociais para todos os sujeitos.

3 Metodologia

A metodologia surge como “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”, como afirma Minayo (2000, p. 16), assim, seu entendimento junto ao processo de produção de conhecimento e dos movimentos da pesquisa acadêmica ganha um lugar de destaque “assumindo um papel indicativo/direcional, já que a sua escolha se relaciona diretamente com os resultados esperados do estudo” (FONTOURA, 2018, p. 112). As escolhas metodológicas emergem em um contexto de validação do processo de pesquisa acadêmica, pois se analisarmos o mesmo objeto de estudos, com a mesma problemática, utilizando metodologias distintas, será provável que tenhamos resultados diferentes nas investigações.

Nesse sentido, a validação do processo se dá pela metodologia que se imbrica essencialmente com as escolhas do pesquisador, a sua percepção dos fenômenos sociais estudados, os elementos de influência da sua constituição como membro de uma comunidade científica e, por fim, seus interesses de pesquisa.

A construção de indicadores de qualidade se constituiu como uma tarefa complexa, se considerarmos as variáveis que devem ser examinadas no conjunto a ser apresentado. Sierra (2012) evidencia em seus estudos elementos que devem ser incorporados na produção de indicadores educacionais como a *totalidade* refletindo todo o objeto de medição, cada indicador deve representar um aspecto desse objeto; a *relevância* no aspecto específico que pretende medir, da mesma forma como um todo também deve ser; a *simplicidade* é um importante aspecto a se pensar nesse cenário, pois é preciso que os indicadores sejam em número, o mais reduzido quanto possível em seu quantitativo; e a *utilidade* fazendo com que o indicador responda aos interesses da sua construção, efetivando-se uma ferramenta útil de apoio à tomada de decisões.

Como apontado anteriormente, os indicadores foram construídos apoiados na pesquisa documental (CELLARD, 2008) na perspectiva do *texto em seu contexto*, a análise da Lei Federal nº 11.892/2008 que cria os Institutos Federais, Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projetos Pedagógicos Institucionais (PPI) de Institutos Federais foram fundamentais. A pesquisa bibliográfica (FONSECA, 2002)

foi ancorada pelo documento Concepções e Diretrizes dos Institutos Federais, Relatórios de Comissões e Subcomissões Próprias de Avaliação (RCPAs e RSPAs) da instituição. Em função da natureza desta investigação, foi utilizado de forma complementar as informações estatísticas disponíveis junto a Plataforma Nilo Peçanha (PNP) do ano base de 2019.

Os elementos da qualidade social da educação não se mostram reunidos em um único suporte, a sua natureza e a complexidade fazem com que seus componentes estejam diluídos em diferentes instrumentos, meios e materiais institucionais, isto justifica o quantitativo de material que compõe este processo de construção. Os elementos constituintes da qualidade social da educação presente nos referenciais teóricos da pesquisa foram localizados e situados nos documentos institucionais. Como resultados foram produzidos 11 (onze) indicadores da qualidade social da educação, levando em consideração os níveis institucionais onde se apresentam e suas dimensões estruturantes.

4 Resultados e Discussão

Os indicadores da qualidade social da educação no contexto dos IFs foram construídos a partir de níveis, desdobrados em dimensões que fundamentam as escolhas teóricas balizadoras de cada indicador da qualidade social. Esta forma de exposição faz com que sejam evidenciados os movimentos internos de consecução dos indicadores, demonstrando o caminho pelo qual cada elemento do ideário avaliativo emerge (*quadro 1*).

O *nível extrínseco* atende as práticas que são desenvolvidas na instituição a partir da influência de agentes externos à sua prática institucional frente à *dimensão política* e a *dimensão social*. Respectivamente essas dimensões tratam do contexto no qual a instituição se apresenta junto ao arranjo educativo brasileiro, *político* pela sua natureza definida pela Lei Federal nº 11.892/08 e os arranjos necessários para a sua consecução, e *social* considerando a sua missão frente a promoção da justiça e da inclusão social como uma possibilidade para uma educação emancipadora, potência para a mudança na qualidade de vida desses sujeitos, na sua condição socioeconômica a partir do aumento da escolaridade.

Quadro 1. Síntese dos Indicadores da qualidade social da educação no cenário dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e sua relação com os níveis, às dimensões estruturantes e seus respectivos indicadores.

NÍVEIS	DIMENSÕES ESTRUTURANTES	INDICADORES DA QUALIDADE SOCIAL DA EDUCAÇÃO	FONTE
NÍVEL EXTRÍNSECO	DIMENSÃO POLÍTICA	Projeto Político-Educacional	Missão, Visão e Valores (PDI)
		Padrões de Qualidade Social	Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projeto Pedagógico Institucional (PPI)
	DIMENSÃO SOCIAL	Heterogeneidade socioeconômica	Classificação Racial e Renda (PNP)
		Intersetorialidade	Políticas Sociais e Acadêmicas (CPA)
		Relação com Setor Público, Produtivo e Mundo do Trabalho	Responsabilidade Social (CPA) e Avaliação dos Egressos (PDI)
NÍVEL INTRÍNSECO	DIMENSÃO INSTITUCIONAL	Gestão Democrática/ Representação Colegiada	Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)
		Benefício social e contribuição para o desenvolvimento regional	Responsabilidade Social (CPA)
		Formação e Profissionalização dos Trabalhadores em Educação	Índice de Titulação do Corpo Docente e dos Técnicos Administrativos (PNP)
	DIMENSÃO PEDAGÓGICA	Organização didático-pedagógica da instituição	Projeto Pedagógico Institucional (PPI)
		Verticalização do Ensino	Índice de Verticalização do Ensino (PNP)
		Eficiência Acadêmica	Índice de Eficiência Acadêmica (PNP)

Fonte: Elaborado pelo autor.

Junto à dimensão política o indicador [1] *Projeto Político-Educacional* projeta-se na relação entre noção de política pública imbricada junto aos objetivos educacionais e o entendimento da educação como elemento promotor do enfrentamento e da superação de desigualdades sociais, econômicas, culturais (BRASIL, 2008). Este indicador busca a explicitação de concepções, crenças e preceitos imbricados a política educacional preconizada com a Lei Federal nº

11.892/2008. Possui caráter qualitativo, tendo como fonte o *PDI* na descrição da sua *a Missão, a Visão e os Valores Institucionais*.

E na compreensão do significado da qualidade social, o indicador [2] *Padrões de Qualidade Social* opera com o intuito de elucidar a polissemia do termo “qualidade”, desvelando o entendimento claro e direto da instituição sobre a sua concepção (DOURADO; OLIVEIRA; SANTOS, 2007). É um indicador de caráter qualitativo presente no *PDI* e no *PPI*. Estes indicadores constituem-se elementos que constroem o argumento que sustenta a política pública dos IFs.

Na dimensão social emerge o indicador [3] *Heterogeneidade socioeconômica* que destaca na sua gênese os movimentos de apoio à geração de trabalho e renda e à autonomia do cidadão, face aos processos históricos de exclusão junto à educação brasileira (BRASIL, 2008). É um indicador quantitativo presente na *PNP*, em *classificação social e renda*. Já o indicador [4] *Intersectorialidade* surge como possibilidade do reconhecimento no fortalecimento na integração das políticas públicas setoriais imbricadas ao cenário institucional (PACHECO, 2020). É um indicador qualitativo presente nos *RCPAs* das instituições.

O indicador [5] *Relação com Setor Público, Produtivo e Mundo do Trabalho* alinha-se à perspectiva do atendimento das demandas e os arranjos locais, na sua potência na formação dos sujeitos para o mundo do trabalho (OLIVEIRA; ALMEIDA, 2012). É um indicador de caráter qualitativo presente nos *RCPAs* junto ao item *responsabilidade social* e/ou ainda junto ao *PDI*, na seção que trata da *avaliação dos egressos* da instituição na relação com a empregabilidade.

O *nível intrínseco* das dimensões que compõem os indicadores da qualidade social da educação, por outro lado respondem aos movimentos internos da instituição, as atividades da vida cotidiana da unidade de ensino, seu microcosmo repleto de arranjos e acordos com os agentes da política e os sujeitos foco (estudantes), nesse sentido fazem parte deste nível a *dimensão institucional* e a *dimensão pedagógica*. Os procedimentos internos desenvolvidos para a subsistência da instituição, o engendramento criado na sua relação com sua comunidade acadêmica, os mecanismos de operacionalização da própria unidade de ensino estão presentes na dimensão institucional, dando suporte para as

questões relativas ao atendimento dos seus objetivos educacionais a partir da dimensão pedagógica.

Na dimensão institucional temos o indicador [6] *Gestão Democrática/Representação Colegiada* busca aferir os movimentos de participação dos segmentos acadêmicos no contexto educacional, em outras palavras, o fomento “real da população nas decisões sobre os assuntos da educação, sejam por meio de conselhos escolares atuantes, eleições democráticas para dirigentes escolares, ou até mecanismos de controle social”, no desenvolvimento da prática da cidadania por meio do efetivo exercício da democracia, considerando os valores e interesses coletivos como aponta Flach (2012, p. 10). Torna-se um indicador qualitativo podendo ser localizado no *PDI*.

Tendo a participação como elemento da cidadania como pressuposto, a responsabilidade social da instituição vincula-se ao indicador [7] *Benefício social e contribuição para o desenvolvimento regional*. A política de expansão e interiorização dos IFs fundamenta-se na potência no “local” como estímulo dos arranjos produtivos regionais, aprimorando ainda o vínculo entre a instituição e o território que ocupa. Franco (2006, p. 139) nos auxilia nessa compreensão ao perceber a responsabilidade social de maneira holística para “além do legal e incorpora[ndo] ações socialmente responsáveis”. É um indicador qualitativo, aferido na análise dos *RCPAs*, com foco nos esclarecimentos da *responsabilidade social* da instituição.

A qualidade social da educação não se estabelece sem a valorização dos seus quadros, assim o indicador [8] *Formação e Profissionalização dos Trabalhadores em Educação* atende ao que preconiza a Lei Federal nº 9.394/96 (BRASIL, 1996) no que tange ao fomento à formação dos sujeitos, enquanto servidores públicos no atendimento às demandas próprias das respectivas carreiras. É um indicador de caráter quantitativo alinhado ao *Índice de Titulação do Corpo Docente* e do *Índice de Titulação do Corpo Técnico Administrativo*, disponibilizados pela *PNP*.

A dimensão pedagógica ocupa-se de questões relacionadas ao atendimento das demandas e objetivos educacionais estão presentes na dimensão pedagógica, a dinâmica da organização do ensino se mostra pelo indicador [9] *Organização*

didático-pedagógica da instituição tem como foco a articulação do trabalho pedagógico como na sua organização acadêmica e curricular, fluxo dos projetos pedagógicos, do acompanhamento dos estudantes, mobilidade estudantil, avaliação das aprendizagens, do desempenho acadêmico, das práticas profissionais, entre outros (FIGUEIREDO, 2014). Este é um indicador qualitativo encontrado junto ao *PPI*.

Um elemento marcado na gênese dos IFs, perenizado na Lei Federal nº 11.892/2008, se mostra no indicador [10] *Verticalização do Ensino*, um importante princípio institucional que viabiliza o processo de democratização do ensino e a organização curricular diferenciada, como destaca Pacheco (2020), efetivando-se como uma estratégia administrativo-gerencial de diálogo simultâneo entre o trânsito e os itinerários formativos dos sujeitos. É um indicador quantitativo alinhado ao *índice de verticalização do ensino*, dado disponibilizado junto à *PNP*.

A preocupação com o acesso, à permanência e o desempenho dos estudantes estão presentes no indicador [11] *Eficiência Acadêmica*. Este indicador esta presente na *PNP* e baliza-se pelo quantitativo de estudantes concluintes dos seus respectivos cursos e a projeção dos estudantes retidos que poderão concluir o curso (apenas estudantes matriculados). Este é um indicador quantitativo alinhado ao *índice de eficiência acadêmica* presente na *PNP*.

Os indicadores apresentados demonstram elementos teóricos constituintes da qualidade social da educação, relacionados diretamente a política pública dos IFs, deste a sua gênese enquanto possibilidade de transformação da sociedade por um projeto de nação, até a sua efetivação como institucionalidade responsável por congrega educação, ciência e tecnologia de forma indissociada a formação dos sujeitos, considerando ainda a inclusão social, a justiça social e o estímulo à participação como ingredientes fundamentais para a emancipação dos sujeitos desse espaço educativo.

5 Considerações finais

A polissemia do termo *qualidade* carrega em si uma série de sentidos e significados, todavia se faz necessário explicitar a noção/explicação quanto ao uso do termo para além do *bom* ou do *melhor*. Dentro desse conjunto temos presente

uma tipologia de qualidade ainda pouco explorada na prática cotidiana das instituições de ensino, a qualidade social da educação. No cenário brasileiro, pensar em uma educação com qualidade social significa reconhecer as fragilidades educacionais presentes nas instituições que não estão ligadas essencialmente aos processos de aprendizagem curricular.

A qualidade social da educação está imbricada aos modos e aos meios de construção a emancipação, autonomia, cidadania, criticidade dos sujeitos, percebam, elementos integrantes da política pública de formação integral dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Nesse sentido, a criação dos indicadores e qualidade social da educação neste contexto busca evidenciar uma nova possibilidade de se pensar na avaliação da qualidade para além dos índices e dados standardizados unicamente.

A qualidade social nesse cenário vincula-se a um entendimento de educação que além de estar vinculada a um projeto educativo com foco na inclusão dos desiguais, alinha-se a um ideário de sociedade relacionado a uma pedagogia associada ao mundo do trabalho sob o viés democrático com justiça social. Os indicadores da qualidade social da educação apresentados, efetivam-se como um movimento teórico-analítico e prático na busca pela identificação de constituintes desta tipologia de qualidade no quadro da política pública emergente com a Lei Federal nº 11.892/2008.

Como indicamos ao longo do manuscrito, os indicamos que desenvolvemos se mostram como um primeiro movimento teórico-metodológico na compreensão da qualidade social da educação no contexto dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Não se consubstanciam de modo estático ou imutável, pelo contrário, deverão ser revisitados constantemente e adequados às novas necessidades e demandas da instituição ao longo da história. A avaliação é uma dimensão bastante cara no cenário das instituições educativas, especialmente aquelas que se mostram na ruptura dos paradigmas vigentes da avaliação alinhada a produção de índices padronizados de normatização, uniformização e ranqueamentos.

Alguns limites se apresentam na consecução da construção dos indicadores da qualidade social, especialmente no que se refere à abordagem bibliográfica que

utilizamos em sua realização. O cenário emergente da pandemia do Sars-CoV-2 impossibilitou a utilização de outros instrumentos de pesquisa juntamente com os gestores das unidades de ensino dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Compreendemos que a percepção destes sujeitos, como agentes operacionalizadores, da política pública é um elemento fundamental na qualificação do trabalho que apresentamos. É nesse sentido que fora destacado a necessidade de revisitar os indicadores desenvolvidos da qualidade social.

O uso dos indicadores da qualidade social acabou evidenciando a importância do entendimento dos documentos institucionais para além do regramento legal, a sua compreensão se estabelece dentro de um contexto bastante vivo e dinâmico, como produto de uma política travada em uma arena de disputa. A qualidade da educação é um relevante elemento valoroso no espaço das instituições de ensino, representa em alguma medida o atendimento dos objetivos educacionais previamente estabelecidos. No caso dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia a qualidade social da educação emerge como um diferencial no cenário das distintas arquiteturas educacionais presentes no sistema educativo brasileiro, especialmente pela forma como imbrica-se não apenas as suas práticas cotidianas, mas também a prática institucional ajuizada a conjuntura sócio-histórica do nosso país no combate as desigualdades e vulnerabilidades.

Na perspectiva adotada nesta investigação, (re)pensar os processos de avaliação no sentido de destacar os movimentos da qualidade da educação ofertada pelas instituições de ensino é imperativo para a investigação científica. A qualidade social da educação rompe com o viés utilitarista presente de forma equivocada na ação educativa, essa tipologia da qualidade destaca tanto o caráter técnico quanto o sensível do processo, fundamental para a garantia da vida em sociedade com efetiva participação dos sujeitos. O fomento a investigações que destaquem a qualidade social da educação no cenário das instituições de ensino emerge como uma possibilidade de compreensão do fenômeno da qualidade da educação, considerando o contexto da realidade educacional brasileira.

Referências

AZANHA, José Mario Pires. Democratização do ensino: vicissitudes da ideia no ensino paulista. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 335-344, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022004000200012>

BEISIEGEL, Celso de Rui. **A qualidade do ensino na escola pública**. Brasília: Líber Livro, 2006.

BELLONI, Isaura. Educação. In: BITTAR, Jorge. (Org.). **Governos estaduais: desafios e avanços: reflexões e relatos de experiências petistas**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

BRASIL, Ministério da Educação – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). **Concepções e Diretrizes dos Institutos Federais: Um Novo Modelo em Educação Profissional e Tecnológica**, 2010.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília/DF. Seção 1, ano CXLV, n. 253, 2008.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República**. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 03 jan. 2022.

CAMPOS, Maria Malta. A qualidade da educação em debate. **Cadernos do observatório: a educação brasileira na década de 90**. São Paulo: Campanha Nacional pelo Direito à Educação, n. 2, out. 2000.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean. *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.

CHAVES, Orlando Pulido. La cuestión de la calidad de la educación. **Boletín del Foro Latinoamericano de Políticas Educativas**, n. 26, p. 1-11, abr. 2009. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/35147054.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2019.

DOURADO, Luiz Fernandes.; OLIVEIRA, João Ferreira de.; SANTOS, Catarina de Almeida. **A Qualidade da Educação: conceitos e definições**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Série Documental Textos para Discussões, 2007.

DUTRA, Rogério Severiano. COELHO, Antonio Carlos Dias. DUTRA, Giselle Bezerra Mesquita. Indicadores Educacionais e Proficiência no ENEM: um estudo nos



Institutos Federais do Brasil, **Meta: Avaliação**, v. 11, n. 31, p. 124-153, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.22347/2175-2753v11i31.1781>

FEIJÓ, Jerciano Pinheiro.; XAVIER, Antonio Eudes.; ARRAIS NETO, Enéas de Araújo. Educação como Instrumento de Transformação da Realidade: Uma aplicação no sertão central do Ceará. **Revista Labor**, v. 1, n. 22, p. 103-113, 30 dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.29148/labor.v1i22.43891>

FERNANDES, Cássia do Carmo Pires. *et al.* Política educacional como fator de transformação social: avaliação da implementação do Instituto Federal no município de Ponte Nova. **Revista de Ciências Humanas**, v. 19, n. 2, p. 1-26, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/11468/version/16600>>. Acesso em 03 jan. 2022.

FERREIRA, Liliana Soares. Educação, paradigmas e tendências: por uma prática educativa alicerçada na reflexão. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 33, n. 3, p. 1-9, 2003. DOI: <https://doi.org/10.35362/rie3333140>

FERREIRA, Sinésio Pires. Produção e disponibilização de estatísticas: uma abordagem institucional. **São Paulo em Perspectiva**, v. 17, n. 3, p. 17-25, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392003000300003>

FIGUEIREDO, Amilton de Moura. **O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RS: A construção de uma nova identidade**. 132 fls. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, Brasil.

FLACH, Simone de Fátima. Contribuições Para o Debate Sobre a Qualidade Social da Educação na Realidade Brasileira. **Contexto & Educação**, v. 27, n. 87, p. 4-25, 2012. DOI: <https://doi.org/10.21527/2179-1309.2012.87.4-25>

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FONTOURA, Julian Silveira Diogo de Ávila. A Centralidade no Debate sobre a Qualidade social da educação: a produção do conhecimento (2009-2019). **Revista Educere Et Educare**, v. 16, n. 40, p. 467-487, 2021. DOI: <https://doi.org/10.17648/educare.v16i40.23849>

FONTOURA, Julian Silveira Diogo de Ávila. **A Gestão da Educação Superior em Contextos Emergentes: A Perspectiva dos Coordenadores dos Cursos Superiores de Tecnologia do IFRS – Campus Porto Alegre**. 204 fls. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2018.

FRANCO, Maria Estela Dal Pai. Políticas Educacionais (verbete). In: **Enciclopédia de Pedagogia Universitária: Glossário**. Brasília: INEP/Rede Sul Brasileira de Investigadores de Educação Superior.



GUSMÃO, Joana Buarque de. A construção da noção de qualidade da educação. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 21, n. 79, p. 299-322, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362013000200007>

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Conceito de Metodologia de Pesquisa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 15ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

OLIVEIRA, **Silvia Andreia Zanelato De Pieri .;** ALMEIDA, **Maria de Lourdes Pinto de**. Educação para o mercado x educação para o mundo do trabalho: impasses e contradições. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 16, n. 2, p. 155-167, 2009. DOI: <https://doi.org/10.5335/rep.2013.2222>

PACHECO, Eliezer Moreira. Desvendando os Institutos Federais: identidade e objetivos. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 4, n. 1, p. 4-22, 2020. DOI: <https://doi.org/10.36524/profept.v4i1.575>

PASSONE, Eric Ferdinando Kanai. Contribuições atuais sobre o estudo de implementação de políticas educacionais. **Cadernos de Pesquisa**. v. 43, n. 149, p. 596-613, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742013000200011>

SIERRA, José Miguel Carot. (Org.). **Sistema Básico de Indicadores para la Educación Superior de América Latina**. Editorial Universitat Politècnica de Valencia, 2012.

SILVA, Maria Abádia da. Qualidade social da educação pública: algumas aproximações. **Cadernos CEDES**, v. 29, n. 78, p. 216-226, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622009000200005>

TIJIBOY, Ana Vilma. As novas tecnologias e a incerteza na educação. In: SILVA, Mozart Linhares da. (Org.). **Novas tecnologias: educação e sociedade na era da informação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.



i **Julian Silveira Diogo de Ávila Fontoura**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8507-6538>

Doutor em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Professor da área de políticas e gestão da educação do Departamento de Estudos Especializados da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (DEE/UFRGS).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7808693167946729>

E-mail: julian.diogo@gmail.com

Como citar este artigo (ABNT):

FONTOURA, J. S. D. de Ávila. Indicadores da qualidade social da educação: contribuições para o contexto dos Institutos Federais. **Revista de Instrumentos, Modelos e Políticas em Avaliação Educacional**, v. 3, n. 1, p. e022005, 2022. DOI: <https://doi.org/10.51281/impa.e022005>

Recebido em 05 de janeiro de 2022

Aprovado em 21 de janeiro de 2022

Publicado em 10 de fevereiro de 2022